

DINÂMICAS TERRITORIAS NA MIGRAÇÃO CIDADE CAMPO E A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA (MS)

Adenilso dos Santos Assunção¹; Walter Guedes da Silva²
UEMS/GEO/CAMPO GRANDE-MS. E-mail: adeassuncao@gmail.com, guedes@uems.br
¹Bolsista PIBIC/UEMS/CNPq. ²Professor orientador UEMS.

RESUMO

Localizada na Região Centro-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, Sidrolândia é o município com a segunda maior concentração de assentamentos da reforma agrária do Brasil, são ao todo 26 assentamentos com aproximadamente 15 mil habitantes que vivem majoritariamente da agricultura familiar e é no complexo Eldorado de assentamentos que se concentra a maior quantidade desses assentados, composto de nove assentamentos, que juntos totalizam 2.480 lotes numa área de 9,5 ha de cada lote, em que residem mais de oito mil pessoas. Para fazer o contraponto entre o projeto de desenvolvimento do latifúndio, detentores do poder político e econômico em Sidrolândia, e dos assentados rurais e suas relações nesta esfera de poder local, utilizamo-nos, como recorte geográfico, o complexo Eldorado. Este artigo é resultado de pesquisa financiada pela CNPq e tem como objetivo analisar o processo migratório que levou o contingente de pessoas para esta região e as condições de vida dos moradores do assentamento Eldorado. Enquanto procedimento metodológico, utilizamos o método histórico crítico, com levantamento de dados em órgãos públicos e entrevistas, o que possibilitou uma análise crítica de compreensão da constituição do assentamento rural em Sidrolândia com análise da situação de vida, moradia, saúde, educação e produção dos assentados; sobretudo, a influência das questões econômicas e do capital sobre a vida desses moradores.

Palavras Chaves: Sidrolândia, Migração, Reforma Agrária, qualidade de vida.

1. SIDROLÂNDIA – DE TERRA DO LATIFÚNDIO A CAPITAL DOS ASSENTADOS DO BRASIL

Sidrolândia localizada no Centro-Sul do estado de Mato Grosso do Sul, a 60 km da Capital do estado, tem em sua história os mesmos processos e contornos que marcaram a formação da estrutura fundiária do Brasil, representada na grande

propriedade rural, no latifúndio, se assemelhando a forma com a qual o capital reproduziu seu acúmulo gerador de tantas desigualdades.

O morador do município de Sidrolândia, Sr. Zoé Prates Silvério, 62 anos, relata que a região era parte da Sesmaria de Ribas do Rio Pardo, que iniciava a beira do Rio Ribas do Rio Pardo, 120 Km de Campo Grande, passava por Sidrolândia e ia até a cidade de Amambai, além 250 km de Sidrolândia, fronteira com o Paraguai, cujo sesmeiro era o Barão de Antonino Prates, bisavô do Sr. Zoé.

Comenta que os primeiros migrantes que chegaram à região do Vacaria, área de grande produtividade em Sidrolândia, foram famílias paulista e mineiras. Eram bandeirantes ou descendentes destes que se apropriaram de vastas porções de terra transformando-as em grandes fazendas e, para legalizá-las, iam a Cuiabá – MT, na época capital do Estado, com “duas testemunhas”, que atestavam que estes eram famílias originárias da região, dando-lhes o governo posse documentada e definitiva dessas terras.

A segunda forma de ocupação da região acontece como defesa do território nacional. A região por ser situada próxima a fronteira com o Paraguai, 200 km de fronteira seca, sempre foi espaço de terra em disputa. Estamos falando do espaço geográfico no hoje Mato Grosso do Sul, propriamente de parte da Sesmaria de Ribas do Rio Pardo, aproximando ainda mais, dos 250 quilômetros entre Amambai e Sidrolândia.

Para coibir incursões de índios que viviam na faixa de fronteira e ora estavam em território paraguaio - ora em território brasileiro e, invasões do próprio povo paraguaio, o governo brasileiro como forma de ocupação do espaço geográfico oferece extensas áreas de terras a empresas estrangeiras. Foi assim que se estabelece na região de fronteira a Companhia Mate Laranjeira (TERRA, 2010), primeiro grande empreendimento implantado nesta porção do território brasileiro. Processo idêntico ocorre nos Campos da Vacaria, atualmente complexo Eldorado de assentamentos, onde em 1912 a Companhia norte-americana Brasil Land and Paching Company é presenteada com um total de 145.705 hectares.

Esta realidade só é alterada com os Decretos Lei 2.073 e 2.436 de julho de 1940, quando o governo incorpora ao patrimônio nacional áreas de terras nacionais de posse de empresas estrangeiras. Nos anos que se sucedem, o total de 145.705 ha é

subdividido e distribuído pelo governo a outras empresas, agora brasileiras, sendo posteriormente compradas por brasileiros vindos do sul do país.

Este último processo forma os contornos atuais do latifúndio em Sidrolândia e constitui a atual classe dominante da política e da economia da cidade, composta de migrantes gaúchos que venderam pequenas porções de terras no estado de Rio Grande do Sul e, adquirem grandes fazendas no Município. Este último processo acontece nas décadas de 60 para 70, incentivado pelas terras férteis e pelos subsídios do governo brasileiro as plantações, compra de implementos e maquinários, para o desenvolvimento da monocultura, no que é transformado todo o cerrado da região em plantações de soja, milho.

Nesta mesma lógica, mas em menor número, catarinenses e paranaenses fizeram o mesmo processo migratório dos gaúchos, no entanto já na década de 70 para 80. Neste aspecto Zoé lembra-se da Fazenda Lagoinha de propriedade do sulista Coronel Laudelino de Barcellos com 140 mil hectares, comprada dos descendentes de bandeirantes. Hoje ainda restam seis mil hectares em mãos de seus herdeiros, atualmente Fazenda Ribeirãozinho, próxima a divisa de Sidrolândia com Campo Grande.

O Sr. Pedro Malagoli, 76 anos, primeiro farmacêutico da cidade, vice-prefeito (31/01/70 a 31/01/73) e presidente da Câmara por três mandatos (31/01/67 a 31/01/70) cita os primeiros sulistas que chegaram à cidade, os Straliotto e posteriormente os Basso (Ari e Moacir). Ari Basso atualmente é o prefeito de Sidrolândia. Os sulistas vendiam chácaras no Sul de 1 a 10 ha e compravam fazendas de 100 a 1000 ha para a monocultura mecanizada, com o apoio do Pró-agro do Governo Federal, que muitas vezes davam como safra perdida e não pagavam os empréstimos, ou pagavam a juros subsidiados, aumentando suas condições de aferir riqueza e fazer crescer o patrimônio a custa do dinheiro público.

O Sr. Malagoli afirma que atualmente existem poucas fazendas grandes com mais de 1.000 ha. Cita as fazendas de Ari Basso que juntas ultrapassam mais de 30 mil ha e de Acelino Roberto Ferreira (Uru) com mais de 40 mil ha.

O Sr. Malagoli também relata o entrelaçamento entre o poder econômico e político em Sidrolândia, quando faz um apanhado dos administradores que governaram a

cidade desde sua emancipação em 1953. O morador lembra que o primeiro prefeito foi Epaminondas Rodrigues Brum (31/01/54 a 31/01/55), era fazendeiro; o segundo Gumercindo Pereira de Souza (31/01/55 a 31/01/59), fazendeiro; o terceiro Jaime Ferreira Barbosa (31/01/59 a 09/05/61), fazendeiro; o quarto foi Acelino R. Ferreira – Sr Uru (09/05/61 a 31/01/66), fazendeiro; o quinta novamente Gumercindo; o sexto Vinicius Soares do Nascimento (01/01/67 a 31/01/70), fiscal da receita estadual; o sétimo Atílio Luiz Pereira (01/02/70 a 31/01/73), fazendeiro; o oitavo João Lemes de Souza (dois mandatos - 02/02/73 a 31/01/77 e 01/01/93 a 31/12/96) fazendeiro; o nono Daltro Fiuza (quatro mandados -31/01/77 a 01/01/83 - 01/01/89 a 31/12/92 e 01/01/01 a 31/12/12), fazendeiro; 31/01/83; Enelvo Iradi Felini (01/01/97 a 31/12/00), fazendeiro; o nono Daltro, novamente; e, atualmente, Ari Basso (2013 a 2016), fazendeiro.

Finalizando a reconstrução dos latifúndios no município, destacamos então a Fazenda Eldorado, objeto de nosso estudo. Herdada por Franca Giordanetti de Souza Firmo e Monique Giordanetti de Souza Firmo com 28,5 mil ha era parte da fazenda da Companhia norte-americana Brasil *Land and Paching Company*, e quando Fazenda Eldorado eram especializados na criação de gado de corte em sistema extensivo.

O Sr. Daniel Rosa Oliveira, 47 anos, antigo campeiro da propriedade, afirma que a fazenda Eldorado produzia 33 mil cabeças de gado em toda sua extensão com 43 funcionários, sendo que na lida com os animais eram apenas 15 funcionários campeiros..

Esta tendência à monocultura e ao latifúndio é destacada por Marissowa (2001, p.61):

Há que se enfatizar que o modelo econômico de trezentos e tantos anos de colonização portuguesa no Brasil esteve fundamentado em três vertentes: da produção pautada na monocultura, no latifúndio concentrado nas mãos de poucos e na utilização da mão-de-obra escrava em larga escala. Como em quase todas as colônias europeias espalhadas pelo mundo, predominou no Brasil, até quase o final do século XIX, um sistema agrícola chamado *plantation*, uma combinação de latifúndio e monocultura voltada a atender ao mercado externo.

Sr Daniel lembra que após a morte de Paulo Eduardo e a assunção na Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, a fazenda passa a “entrado no

vermelho” com o pagamento de impostos tendo déficit orçamentário, fato que incentiva a venda da fazenda.

Antes de ser comprada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a Fazenda Eldorado fora adquirida pelo Grupo Bertin por R\$ 73,6 milhões, sete meses depois a revende ao Instituto com grande valorização, por 179,7 milhões de reais¹.

Então, nos últimos 15 anos Sidrolândia vêm se destacando pelas ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA como município pólo da reforma agrária. Atualmente são 26 assentamentos instalados totalizando mais de cinco mil famílias assentadas.

O primeiro assentamento aconteceu na Fazenda Capão Bonito, parte da fazenda da Companhia norte-americana Brasil *Land and Paching Company*. A disputa se deu com um dos maiores latifundiários daquele período no Mato Grosso do Sul, Lúdio Coelho que arrendava a fazenda para criação de gado, a desapropriação das terras aconteceu depois de cinco anos de luta, desencadeando o processo que atualmente conta com 26 assentamentos: Capão Bonito (1989), Capão Bonito II (1997), São Pedro (1997), Vista Alegre (1999), Vacaria (2000), Jibóia (2000), Capão Bonito III (2000), Geraldo Garcia (2000), Santa Terezinha (2001), Terra Solidária (2003), Valinhos (2003), Terra Solidária II (2004), Alambari(s): FAF, CUT FETAGRI (2005), Eldorado II (2005), Eldorado I: João Batista, Che Guevara, APAGE (2005), Barra Nova I (2005), Altemir Tortelli (2005), Barra Nova II (2006), Santa Lúcia (2006), Nazareth (2013) e os Independentes, que se organizam dentro de dois desses assentamentos, de maneira própria e a parte das organizações camponesas.

Juntos totalizam mais de 5.400 lotes da reforma agrária sendo representados nos números do Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 com Sidrolândia com 42.132 habitantes, sendo residentes da zona urbana 27.783 habitantes e na área rural 14.349 pessoas.

¹ Dados fornecidos pelo Movimento dos Produtores Rurais.

2. DE ACAMPADOS A ASSENTADOS

Para a análise da transformação de sem terra em assentados utilizamo-nos do complexo de assentamento Eldorado, constituído pelos grupos Eldorado II e Eldorado Parte (FETAGRI) com 847 lotes, Alambari`s FAF, Fetagri e CUT com 680 lotes e Eldorado I (MST e independentes) com 628 lotes. Reforçando, todos esses sete grupos de assentados localizados dentro da antiga Fazenda Eldorado onde totalizam 2.155 parcelas e, os dados do Censo IBGE 2010 indica que lá residem mais de oito mil pessoas.

Na exploração do espaço geográfico percebe-se um território assentado ilhado pelo latifúndio. Nas entrevistas os parceleiros indicaram que a cidade de Sidrolândia até perceber que assentado pode trazer lucro para o mercado capitalista, eles eram olhados com atitude de desconfiança e exclusão, simbolizada na dificuldade de venda dos produtos da agricultura familiar e pelo atendimento no comércio local.

O Sr José Falconeri, 63 anos, assentado primário, relata a dificuldade em conseguir colocar sua produção no mercado de Sidrolândia, de entrar nas lojas comerciais para fazer compras em dia de chuva, sujar o local, os vendedores olhavam-no com ar de desdém por sujar o espaço comercial. Lembra-se da dificuldade de atendimento no Banco do Brasil para acessar seu crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando disponibilizavam um único dia e um único funcionário para atendimento a esse número de assentados.

Neste contexto o crédito ao pequeno agricultor é um forte gargalo que inibe a produção da agricultura familiar e, sem a resolução deste problema, a sociedade e o INCRA não poderá cobrar produção da comunidade assentada. A maioria chega aos sítios em condição financeira desfavorável, até porque boa parte é recrutada em favelas da periferia das cidades onde viviam em condição subumana e o retorno às áreas rurais é alternativa para melhoria de vida.

Oliveira (2004, p.132) assim caracteriza esta problemática:

Os números do crédito obtido na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade existente no setor. Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. Aquelas unidades com mais de 10.000 hectares, obtiveram parcelas médias de



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

um milhão de reais para cada uma. As unidades menores entre as pequenas que receberam financiamentos, tiveram que dividir entre si, apenas entre R\$ 2.900,00 e R\$ 20.000,00. Dessa forma, o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira.

Quando da produção já acontecendo, percebe-se um poder público local que não lhes assiste nem com o transporte da produção para áreas urbanas. O Sr. José Falconeri lembra que a atual gestão municipal (2012 – 2016) cortou todo tipo de auxílio ao assentado, inclusive a compra da produção para a merenda escolar conforme previsto em lei.

Vale ressaltar que Governo Federal através de políticas pontuais tem tentado alavancar a venda da produção da agricultura familiar através de programas como Mais Alimentos e Merenda Escolar, garantindo a compra obrigatória de 30% dos produtos produzidos pela agricultura familiar. Refletindo a exclusão, os administradores municipais teimosamente favorecem empresas situadas em áreas urbanas comprando apenas 7% da agricultura familiar, conforme noticiado no jornal eletrônico Região News na reportagem: “Prefeitura eleva em 268% compras da agricultura familiar para merenda” de 27 de abril de 2012.

As dificuldades das populações assentadas ficam comprovadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008, marcada pela desigualdade econômica entre trabalhadores do campo e cidade, demonstrando oportunidades bem diferentes ao comparar o rendimento médio de chefes de domicílios rurais com os da zona urbana com o mesmo nível de formação escolar. Enquanto na zona urbana esse rendimento é de R\$ 1.020,00, na zona rural ele representa um terço (32,8%) desse valor, ou seja, R\$ 335,00. (BRASIL, 2008)

Também a publicação do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2010) demonstra que a renda monetária domiciliar *per capita* das famílias em área rural equivale a apenas 43% da renda do mesmo tipo de famílias em área urbana. Em quase metade dos domicílios rurais a renda *per capita* familiar não ultrapassa meio salário mínimo, sendo que apenas 8% dos trabalhadores rurais recebem remuneração superior a dois salários mínimos. (BRASIL, 2010)

Assunção (2011) pesquisando educação do campo no Assentamento Eldorado, constatou que mais de 45% das famílias primárias do início do assentamento haviam deixado suas parcelas, simplesmente abandonando ou vendendo seu direito a terceiros devido às dificuldades de sobrevivência.

Na mesma pesquisa evidencia-se a preocupação que as organizações assentadas deveriam ter com a lógica da produção e comercialização dos produtos, evitando que o trabalho desenvolvido por famílias inteiras na lida com a roça não seja depreciado, diminuindo conseqüentemente o êxodo rural, deixando a pequena agricultura de ser vista como atrasada, os assentados como preguiçosos e a lógica do capital não impondo mais sua força sobre o trabalhador no campo.

Noutro aspecto, constatamos também que o assentamento é território desprovido da presença do Estado. No complexo Eldorado, com mais de sete anos de existência, aproximadamente 30% dessas famílias ainda não possuem casas e vivem em barraco; outras 55% não acessaram o PRONAF; as escolas são distantes de suas residências e seus filhos andam até 70 quilômetros em ônibus escolares; possuem assistência precária em saúde e a assistência social acontece com programas pontuais do governo federal.

O Sr. Hélio Nantes Baís, técnico em agropecuária da assistência técnica CRESCER que atende aos assentados do PA Eldorado II e Parte, informa que dos 847 lotes do assentamento, cerca de 20% abandonaram ou venderam suas parcelas, sendo que mais de 50% não recebeu nenhum crédito. Atribui a demora a ausência de documentos que deveriam ser providenciados pelo INCRA, notificações de algumas parcelas e burocracias governamentais internas.

O Sr. Enio Luiz da Silva, administrador e técnico agrícola da CRESCER que atende nos assentamentos do grupo Alambari, informa que na FAF das 204 parcelas 90 acessaram o PRONAF; na CUT dos 230 lotes, 30 acessaram o PRONAF; na FETAGRI dos 153 lotes, 40 famílias pegaram o crédito do Governo Federal. Com relação as desistência das parcelas defende que na FAF cerca de 60 venderam-nas; na CUT outros 70 lotes e; na FETAGRI 50 unidades. No entanto, não considera a falta do crédito o principal incentivo ao abandono ou venda, mas a própria cultura dos parceleiros “pensam com cabeça de latifundiário investindo em gado no sistema extensivo dentro de

9,5 ha em vez de investir em culturas diversas como acontece no estado com Santa Catarina e Bahia”.

Sobre a produção nos assentamentos onde oferece assistência técnica, o Sr. Enio aponta que 90% trabalham com gado extensivo, 80% produzem hortaliças e frutas de subsistência, 10% produzem para o comércio e, 20% das parcelas não possui nenhum tipo de produção.

Mesmo com toda a dificuldade na obtenção de crédito para o fomento da agricultura familiar dados divulgados pelo Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011), indicam que 70% de todo alimento consumido pelo brasileiro advêm desses trabalhadores.

A relação entre assentado e INCRA não é das melhores, pois o Instituto cumpre papel nos assentamentos de fiscal/policia e não de órgão que deveria contribuir com a evolução do assentamento. A demora no atendimento de suas demandas, na emissão de documentos para acesso ao PRONAF, como o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), na liberação de recursos para construção das casas são gargalos que precisam ser enfrentados pelo INCRA para transformar os assentamentos em terras produtivas e com condições dignas de se residir. Destacam, ainda, que dentro do órgão de atendimento da reforma agrária nunca encontraram sequer um assentado ou filho de assentado para atendê-los, sendo funcionário da instituição “gente da cidade”.

Noutro aspecto os assentados colocam as entidades de luta pela reforma agrária com vícios difíceis de serem superados, pois dos recursos que chegam ao assentamento, parcela destes vão para as entidades, como no caso do próprio Pronaf e dos valores liberados para as casas que já foram construídas, que perto de 10% são retidos pelas entidades sobre o título de assessoria técnica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações levantadas, podemos afirmar que a população que reside no campo no município de Sidrolândia, particularmente nos assentamentos, convive com um distanciamento entre o poder público local, estadual e federal, o que tem provocado uma ausência de ação estatal, da existência de políticas públicas

específicas para a população assentada, sobretudo programas e projetos que possam alavancar a agricultura familiar de Sidrolândia.

Neste aspecto tem se tornado concreto nas vidas das famílias que foram assentadas nos últimos sete anos, a falta de construção de casas, pois 30% das residências dos assentados ainda são barracos de lona; a escola pública é um complexo de galpões onde se guardavam sal e outros mantimentos adaptados para funcionar como sala de aula, os espaços escolares não possuem quadra de esporte, área de lazer ou biblioteca.

A saúde da população é atendida por um posto de saúde que tem carência de médicos e remédios, muitos moradores precisam percorrer 70 quilômetros para serem atendidos na área urbana.

A assistência social só se faz presente quando o assentado vai até a cidade fazer seu cadastro, e mesmo com todas as dificuldades não há garantia de que os programas sociais cheguem até o campo.

Também é fator gerador de dificuldades de toda ordem a demora com que o governo federal repassa os subsídios para a agricultura familiar. É inconcebível que o PRONAF, principal instrumento de financiamento dos pequenos produtores demore anos para chegar, sendo que num total de mais de 50% ainda não tiveram seus créditos liberados, pois são condicionados ao recebimento das casas e, como já citado, muitos ainda não possuem suas casas construídas.

As dificuldades financeiras, a inoperância do órgão que deveria cooperar com os assentados, sua ausência enquanto instrumento de defesa do assentado, as diversas ações truculentas narradas pelos assentados cometidas por funcionários do INCRA, colocam-nos na condição de instrumento obsoleto e ineficaz para a reforma agrária, no que deve ser urgentemente repensada sua função social, inclusive sua existência enquanto órgão público.

No complexo Eldorado, existe, ainda, a dificuldade de unificação de assentados e assentamentos pela forma como aconteceu a configuração do assentamento em divisões por agremiações e nos diversos grupos (FAF, CUT, MST e FETRAGRI) e, na atual conjuntura, existem inclusive os Independentes, os que se rebelaram contra as entidades e organizaram pequenos grupos dentro do assentamento Eldorado,

dificultando ainda mais ações em prol de um coletivo. Esta conjuntura dificulta a unificação das famílias no combate à inoperância do poder público e na luta por políticas públicas.

Por fim, para a constituição de assentamento em território é fundamental a presença de organismo de classe forte que contribua com a consolidação econômica, política interna e externa e cultura. No entanto, percebe-se que a forma de abordagem com que os movimentos têm adotado para garantir seu poder político sobre o espaço social conquistado tem dificultado este avanço na organização a partir dos movimentos. Já os assentados inseridos nessa trama territorial de poder, as manobras e artimanhas dos movimentos, faz com que eles resistam às ações desses movimentos, colocando-os em luta e disputa pelo próprio território. Neste sentido, percebemos o enfraquecimento dos Movimentos Sociais tornando-os instrumentos sem força política para tocar os rumos políticos dos assentamentos, unificar as lutas.

Como ponto positivo no conjunto de assentamentos de Sidrolândia, inclusive ultrapassando os limites do Complexo Eldorado, percebe-se a organização local dos assentados em Liga Campesina local, instrumento idealizado por um grupo de assentados com articulação de ações nos 26 assentamentos, lutando por direitos através de ações pontuais junto ao poder público de Sidrolândia, através de melhoria das estradas, transporte da produção, melhoria nas escolas públicas, posto de saúde, médicos e medicamentos. Destacamos uma vitória na luta social empregada pela Liga quando obtiveram o transporte universitário gratuito para universitários do campo, com ação conjunta de indígenas e assentados garantindo em lei municipal o direito para mais de cem acadêmicos à educação superior e técnica nas cidades de Maracaju e Campo Grande.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO; A. S. Da Legislação para as Escolas do Campo à Práxis Cotidiana da E. M. Eldorado – Sidrolândia: Por Educação, Terra e Cidadania. Especialização em Educação do Campo. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-EAD, 2011.

BAIS, H. N. Depoimento: 13mai.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/IQD/iqd_dezembro2010.pdf. Acessado em 22/09/2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.**

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2008.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2007/default.shtm>. Acessado em: 23/03/2011.

FALCONERI, J. Depoimento: 18abr.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.

MALAGOLI P. Depoimento: 21abr.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.

Movimento Nacional dos Produtores Rurais – MNP. **Fazenda em Sidrolândia sofreu Supervalorização em questão de meses.** Disponível em: http://www.mnp.org.br/?pag=ver_noticia&id=394706. Acessado em: 22/10/2013.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, D. R. Depoimento: 13mai.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade:** As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. XII Encontro Nacional do MST. São Miguel do Iguçu. Disponível em: <http://www.agb.org.br>. Acessado em: 18/10/2013.

REIS, C. P. **A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos primeiros Assentamentos Rurais.** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/07.pdf>. Acessado em: 22/03/2011.

SILVA, E. L. Depoimento: 13mai.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

SILVÉRIO, Z. P. Depoimento: 15abr.2014. Entrevistador: ASSUNÇÃO, A. S. Sidrolândia, 2014. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Pesquisa CNPq.

TERRA, A. **O Assentamento Itamarati no Contexto dos Megaempreendimentos em Território Sul-Mato-Grossense.** Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11962/6987>. Acessado em: 20/05/2014.

TOMÉ, M; PAES, F. **Prefeitura eleva em 268% compras da agricultura familiar para merenda.** Jornal Região News. Sidrolândia, MS. 27/04/2012. Disponível em: <http://www.regiaonews.com.br/noticias/135314/-b-Prefeitura-eleva-em-268--compras-da-agricultura-familiar-para-merenda--b-.html>. Acessado em: 29/10/2013.